PSYKHE
1999, Vol.8, Nº 1, 65-71

Copyright 1999 by Psykhe
ISSN 0717-0297

Psicólogo(a) Clínico(a) e a Atuação em Comunidade: Incertezas e Desafios para sua Formação

Psicólogo(a) Clínico(a) y Actuación en Comunidad: Incertezas y Desafíos para su Formación

Angela Nobre de Andrade
Universidade Federal do Espírito Santo

O papel do psicólogo, em especial do chamado psicólogo clínico, tem sido questionado no tocante ao seu compromisso social, político e científico, quando se depara com a realidade de vida da grande maioria da população. Os processos de formação e capacitação profissionais aparecem, em decorrência, como fatores importantes para a sua atuação como profissional. Entretanto, esses processos, por si só, não garantem um comprometimento social e a criação de 'novas' formas de atuar e intervir na realidade. Pretende-se discutir as relações e implicações do processo de formação do psicólogo para a sua futura atuação profissional junto aos setores populares, considerando que existem elementos fundamentais que ultrapassam a mera produção de conhecimento formal. Esses elementos referem-se à natureza e à intensidade da sua própria produção -como estudante, como futuro profissional e como cidadão-, ao seu envolvimento nesse processo, e à concepção que possui sobre seu papel profissional e social. Desta forma, refletir sobre o papel do(a) psicólogo(a) considerando esses elementos, pode indicar possibilidades de atuação e de desenvolvimento de trabalhos em comunidade que ultrapassem os modelos ou enfoques tradicionalmente utilizados em Psicologia; além de apontar para uma discussão a respeito do lugar social que ocupa nesse processo.

El papel del psicólogo, en especial del llamado psicólogo clínico, ha sido cuestionado en lo relativo a su compromiso social, político y científico, al confrontarse con la realidad de vida de la gran mayoría de la población. Los procesos de formación y las capacitaciones profesionales aparecen como factores importantes para su actuación como profesional. Sin embargo, estos procesos, por sí mismos, no garantizan un compromiso social ni la creación de "nuevos" modos de actuar e intervenir en la realidad. Se pretende discutir las relaciones o implicaciones del proceso de formación del psicólogo para su futura actuación profesional junto a los sectores populares, considerando que existen elementos fundamentales que sobrepasan la mera producción de conocimiento formal. Estos elementos se refieren a la naturaleza y a la intensidad de su propia producción —como estudiante, como futuro profesional y como ciudadano—, a su involucramiento en este proceso y a la concepción que posee sobre su papel profesional y social. De este modo, reflexionar sobre el papel del psicólogo, considerando estos elementos, puede indicar posibilidades de actuación y de desarrollo de trabajos en comunidad que sobrepasen los modelos o enfoques tradicionalmente utilizados en Psicología; además de señalar una discusión respecto del lugar social que ocupa en este proceso.

Nos últimos anos temos observado um aumento na demanda dos serviços públicos pelo profissional de Psicologia o que tem gerado uma inserção crescente de psicólogos na rede pública. Esta nova demanda implica em trabalhos e intervenções junto a uma população com características bastante diversas daquelas que, tradicionalmente, no Brasil, a Psicologia vinha se deparando. Ou seja, a partir da década de oitenta, os psicólogos passam a atuar com uma população de baixo nível sócio-econômico, que apresenta uma realidade psicosocial muito diferente daquela apresentada pelas classes média e alta, alvo dos trabalhos da Psicologia até então.

Angela Nobre de Andrade, Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.
La correspondencia relativa a este artículo debe ser enviada a Angela Nobre de Andrade, Depto. de Psicologia Social, CEG, UFES, Av. Fernando Ferrari s/n, Goiabeiras. CEP: 29060 ES. Brasil. Tel: (027) 3352501, e-mail: anobre@zaz.com.br

Durante as décadas de 60' e 70', as questões políticas não eram priorizadas nos discursos e práticas dos psicólogos. A Psicologia era valorizada em seus aspectos técnicos e científicos, alienada do processo histórico e político no qual estava inserida. Tratava-se de um produto técnico a ser oferecido à população —conquista de mercado— e, para que esta oferta fosse bem sucedida, o psicólogo deveria ignorar os possíveis desafios e críticas à sua atuação e compactuar com os poderes instituídos a fim de garantir a reprodução do sistema social. Este era o perfil da Psicologia oficial dominante, transmitida nas academias. Os trabalhos voltados para uma população de baixa renda eram marginais e desenvolvidos por psicólogos que exerciam uma militância política (Andrade, 1996; Conselho Regional de Psicologia, 1994; Freitas, 1996).

A partir da década de 80' assistimos ao surgimento de uma nova problemática na Psicologia advinda, prin-

cipalmente, de sua inserção na rede pública. Até esse período, as instituições públicas não possuiam psicólogos em seus quadros, com raras exceções tais como alguns hospitais psiquiátricos, por exemplo. Arrancados de seu papel técnico e cientificista e sustentado por uma suposta unidade da Psicologia, o psicólogo brasileiro se vê diante de uma série de questões político-socias que atravessam o fazer psicológico e apontam para o caráter alienante das práticas tradicionais. As questões agora mudam de foco e problematizam a própria função da Psicologia. Esta deve seguir trabalhando a partir de teorias e técnicas importadas, em uma pseudo universalidade, ou deve tentar escutar a real demanda da população brasileira? Como construir práticas que atendam a essa demanda de modo a contextualizar as problemáticas emergentes em cada comunidade, desenvolvendo trabalhos de transformação das relações injustas e excludentes e não reproduzindo o sistema sócio-econômico dominante? (Conselho Federal de Psicologia, 1988, 1994).

Estes questionamentos passam a atravessar todas as áreas da Psicologia, principalmente a clínica com seus enfoques tradicionais, baseados em teorias construídas em uma realidade psicosocial completamente adversa à nossa. O crescente envolvimento com as populações excluídas vem gerando desafios e angústia para os psicólogos compromissados com uma transformação social. Para que esta se efetive faz-se necessária uma outra postura, uma outra forma de conceber as relações sociais, o homem, a vida. A suposta neutralidade do psicólogo clínico no seu saber/fazer já não mais se sustenta e os aspectos ético-políticos de suas práticas passam a ser alvo de reflexões e questionamentos.

A pluralidade de teorias e práticas psicológicas, muitas vezes antagônicas, nos remete a questionar o debate epistemológico que tem predominado na história da Psicologia, para ressaltarmos a importância da dimensão ética de nossas práticas. Ou seja, na medida em que não há acordo entre as diversas teorias psicológicas sobre o próprio objeto de estudo, métodos ou técnicas, o debate entre elas sobre a verdade de seus modos de produção de conhecimento passa a ser, na maioria das vezes, infrutífero e vazio (Figueiredo, 1995, 1994; George, 1992; Lupo, 1995).

O enfrentamento destas questões atravessa a formação atual dos psicólogos denominados clínicos trazendo desafios tanto para os formandos como para os professores. Trata-se da construção de um outro saber/fazer em Psicologia que, sem desacartar a importância da dimensão teórica, passa a ressaltar a dimensão ético/ política presente em nossas práticas.

Algumas Reflexões Sobre a "Especificidade" Clínica

A divisão da Psicologia em especificidades (Clínica, Social, Trabalho e Educacional) se baseia em uma concepção científica da Psicologia em que é possível um saber objetivo, neutro e generalizável sobre um fenômeno. Desta forma, teríamos os diversos especialistas em suas diferentes áreas de atuação. Esta tem sido a concepção tradicional e dominante no Brasil, promovendo uma representação sobre as práticas e o papel do psicólogo em cada área. Entretanto, alguns estudos sobre a formação do psicólogo clínico e sobre as diversas práticas contemporâneas (Andrade, 1996; Aquino, 1990; Conselho Federal de Psicologia, 1994) mostram que estas especificidades não se apresentam mais tão bem delimitadas em diversos campos de atuação, o que nos leva a questionar as representações vigentes sobre cada categoria.

Ao apontar para a dimensão ética da prática psicológica, não me situo apenas na esfera da Clínica, mas nas diversas atuações do psicólogo. Neste sentido, gostaria de desenvolver algumas reflexões sobre a 'especificidade' da Clínica.

Os resultados de pesquisas realizadas no Brasil mostram que as representações sobre Psicologia Clínica se referem a uma Psicologia de consultório, a-histórica, abstrata e "não social", além de ser a área que concentra maior demanda e "satisfação". As representações não terminam aqui: Essa demanda pela Psicologia clínica é justificada pelo status sócio-econômico dessa categoria. Ou seja, a maioria das pesquisas sobre a formação de psicólogos apontam para uma suposta permanência na transmissão de práticas clínicas voltadas para o modelo médico. Essas pesquisas parecem refletir um processo vicioso de reforçamento *das representações sobre a profissão*; representações essas alienantes e alienadas das transformações que têm ocorrido na realidade da Psicologia Brasileira. A seguir analiso brevemente o aspecto idealizado e alienante das representações dominantes sobre a Clínica.

A Psicologia Clínica não é uma prática social! Será? Será possível continuar com esse tipo de discurso? Todos sabemos que as teorias psicológicas *instituem* subjetividades, instituem modos de estar no mundo, um ethos. Não precisamos ir muito longe para ver como a Psicanálise instituiu um novo modo de existir, instituiu uma sociedade inteira, pós-psicanalítica. E essa teoria foi construída a partir de uma experiência clínica, de um método clínico. Podemos sim, dizer, que não aceitamos ou concordamos, mas negar os

resultados da divulgação da psicanálise é impossível (existem, inclusive, inúmeras publicações nesse sentido). Portanto, não existe prática psicológica que não seja social, que não implique na instituição de modos de estar no mundo, que não traga consigo uma dimensão valorativa.

A Psicologia Clínica é voltada para o consultório, individualista e abstrata! Mais uma representação reducionista que, além de não conceber as transformações teóricas e práticas advindas da clínica, reduz o trabalho de consultório ao indivíduo. "Pré-supõe" assim, a existência de um "in-divíduo" privado, autônomo, que está para aquém e além das intersecções sociais; um objeto acabado e não como um ser em instituição.

A maior demanda e satisfação profissional advém da clínica devido ao status econômico social! Outra representação reducionista da explicação de uma maior demanda pela clínica. Sabemos das dificuldades financeiras que os psicólogos enfrentam quando se encaminham para trabalhos na área clínica e sabemos, também, que os empregos melhor remunerados estão na área do trabalho (organizações).

Essas reduções são perigosas, pois encobrem uma questão maior que é a ética do psicólogo; ou seja, o psicólogo pode ser alienado —no sentido de trabalhar em nome de uma verdade e, desta forma, não acolher a processualidade emergente— em qualquer contexto em que esteja trabalhando: em escolas, hospitais, empresas, entre outros[1]. Encontramos, na diversidade de práticas psicológicas atuais, tanto contextos onde se trabalha de forma alienada, como contextos onde se desenvolvem trabalhos disruptores e transformadores. A formação clínica implica na vivência da alteridade que pode nos remeter a uma processualidade transmutadora e é exatamente esse processo transformador que é tão instigante e apaixonante.

Se compreendermos a função do psicólogo como de acolhimento ao emergente, a fim de que transformações possam ocorrer, um psicólogo pode estar sendo muito mais "concreto e contextualizado" (ou não) em um consultório do que quando está apresentando um projeto de trabalho numa comunidade (por exemplo), totalmente adverso à demanda daquele grupo, ou da processualidade emergente ali. O chamado trabalho contextualizado (muito em voga atualmente) não pode ser reduzido ao aspecto ambiental ou social, mas deve ser compreendido enquanto possibilidade de acolher os engendramentos presentes na situação, de forma a permitir a concretização de outras formas de existência para aquele contexto. Não importa se estamos trabalhando num consultório, numa instituição ou com grupos. E o psicólogo que se permite trabalhar a alteridade, "deveria" estar em qualquer contexto e não aprisionado em uma etiqueta identitária: clínico ou escolar (por exemplo), ele é ambos, ele é alguém formado em Psicologia para atuar nos diversos contextos.

Existem, é claro, as afinidades por determinado tipo de trabalho ou contexto, assim como existem as afinidades teóricas, mas essas não são determinantes de áreas; ou seja, um psicólogo que tenha afinidade com a psicanálise pode e deve trabalhar com comunidades e escolas, assim como um psicólogo que tenha afinidade com o materialismo dialético pode e deve trabalhar em hospitais psiquiátricos e em clínicas. As leituras serão diferentes, e elas são sempre diferentes (mesmo entre profissionais que "abraçam" a mesma teoria), pois estamos sempre implicados no encontro.

Existem muitas formas de se desenvolver um trabalho alienante e reprodutor dos sistemas fechados, uma vez que a Psicologia se institui, no Brasil, como uma ciência da adaptação social. Entretanto, esse tipo de trabalho trai a função do psicólogo, na medida em que ele não sustenta a alteridade, mas reproduz sistemas identitários. Segundo Figueiredo (1995), o que define a Clínica é um dado ethos; *"em outras palavras o que define a Clínica psicológica como Clínica é a sua ética: ela está comprometida com a escuta do interditado e com a sustentação das tensões e conflitos"* (p. 40). Trata-se de um acolhimento ao excluído, não apenas como vias de expressão, mas como sustentação da processualidade, das tensões e conflitos que impelem para o movimento, para as "trans-form-ações".

---

[1] Trata-se de um outro olhar, em ruptura radical com o pensamento herdado, que nos leva a perguntar de onde vem essa "idéia de verdade" (fundamento da modernidade) e se essa ilusão de uma verdade a ser alcançada é a única via possível. Ou seja, a Psicologia, ao "pré-supor" um "eu" absoluto, sem mesmo questionar sua origem ou fundamento, debate-se sempre em uma concepção alienante de homem (e de vida). Alienação que não deve ser compreendida como na teoria econômica (alienação do homem pelo trabalho), nem como alienação de si mesmo pois aqui não existe esse "si mesmo", que pressupõe um núcleo do sujeito, uma essência ou totalidade, mas, ao contrário, como a *ilusão de que exista uma verdade totalizante a ser perseguida ou identificada, um modelo indicador do sentido da vida*. A Psicologia se configurou a partir dessa alienação, ou seja, ao mesmo tempo que reconhece e define seu objeto de estudo como aqueles elementos disruptores do eu, acaba por capturar esses elementos em teorias baseadas numa lógica identitária que comporte um elemento explicativo e universal para os fenômenos psíquicos. As críticas a "essa Psicologia" têm sido exaustivas e têm-se refletido nas práticas contemporâneas que buscam um modo de acolher esses elementos disruptores sem aprisioná-los em modelos "pré-estabelecidos".

É nesse sentido que eu gostaria de situar a Clínica, ou a formação do psicólogo clínico, não como uma área ou especificidade, mas como uma ética. Compreendida dessa forma, qualquer psicólogo que sustente esta dimensão ética estaria também sustentando a diferença e as produções daí advindas.

A Inserção Ético-Política do Profissional

Enfrentar os desafios que nos são colocados no cotidiano da formação implica em um questionamento permanente de nosso papel na comunidade. Este está diretamente relacionado à concepção de Psicologia, de homem, de conhecimento, entre outros, que sustenta nossas práticas. O projeto epistemológico da modernidade —no qual a Psicologia se institui enquanto ciência— pretende a construção de um sujeito epistêmico pleno, fiador de certezas e verdades universais. É exatamente esta crença que sustenta a Psicologia da adaptação e as práticas de reprodução social.

Em confronto com esse projeto surgem, entretanto, pensadores com críticas severas a essa tentativa de fundamentar a razão como fonte única e segura de conhecimento. Dentre esses pensadores contemporâneos, Polanyi (1960) desenvolve uma análise importante sobre dois "modos de conhecimento" aos quais denomina "conhecimento tácito ou pessoal" em oposição ao "conhecimento explícito" (teórico, representacional).

Ambos os modos de conhecimento estão presentes em nosso cotidiano porém, são produzidos em "espaços" antagônicos. Ou seja, a natureza do conhecimento tácito é totalmente pré-reflexiva, não se operando no plano das relações objetais pré-definidas. Figueiredo salienta que, etimologicamente, tácito significa calado, silencioso e, como tal, o conhecimento tácito resiste aos discursos representacionais objetivadores.

"A dificuldade de 'fazer falar o tácito' advém do fato de que o conhecimento pessoal existe em um plano da existência em que sujeito e objeto ainda não se constituíram como identidades relativamente independentes uma da outra. O conhecimento tácito da pianista, por exemplo, que está incorporado aos seus ouvidos afinados, aos seus olhos que lêem a partitura, aos seus braços, mãos e dedos não é um conhecimento subjetivo acerca dos objetos: é um conjunto de habilidades, um conjunto de disposições ordenadas e eficazes entranhadas no corpo da pianista. Refletir a cerca de qualquer das operações implicadas na execução, descrevê-las, descrever os objetos em que a execução se apóia, tudo isso interromperia ou atrapalharia seriamente o processo. Nessa medida, relatar essa experiência ou transformá-la em regras e instruções é algo sempre precário quando não inviável" (Figueiredo, 1995).

Segundo o autor, na experiência relatada acima, o conhecimento tácito deve ser totalmente incorporado e silenciado para que uma execução possa ser ouvida, e esta incorporação dependerá, fundamentalmente, da experiência da aprendiz, do seu treino. Em contraposição a esta forma de conhecimento, Polanyi (1960) expõe o "conhecimento explícito" ou um conhecimento produzido pelo sistema representacional. Nessa categoria de produção encontramos as teorias que, ao serem elaboradas, instituem, necessariamente, a separação sujeito-objeto. Trata-se de um conhecimento objetivo e objetivador, de natureza reflexiva que, ao permitir a reflexão, se expõe a uma auto-avaliação e a autocorreções.

Essa exposição suscinta dos dois modos de produção de conhecimento eleborados por Polanyi (1960) nos auxilia a refletir sobre o modo dominante de produção de conhecimento no campo da Psicologia, principalmente na área da formação acadêmica. Ou melhor, poderíamos nos perguntar nesse momento, qual produção de conhecimento tem sido valorizada nos cursos de Psicologia e se essa produção tem facilitado a inserção do psicólogo nos reais problemas que afligem nossa população e que nos concerne a todos? Em que medida o conhecimento tácito tem sido acolhido como fundamental no tensionamento ao conhecimento explícito para que novos modos de pensamento possam estar sendo instituídos?

Essa problematização das relações entre teoria e prática, assim como da produção de novos caminhos para o profissional de saúde, está presente nos debates atuais sobre a formação do psicólogo (Ancona-Lopez, 1996; Morato, 1996; Yehia, 1996). Esses autores salientam a importância da experiência e produção pessoal ao longo do curso a fim de que o aluno passe a ocupar um lugar de produtor de conhecimentos (subvertendo e/ou tensionando as teorias) e não reproduzindo, de forma dogmática, as "receitas teóricas" advindas de uma pluralidade de Psicologias. Trata-se de uma outra forma de lidar com o conhecimento: não mais como algo acabado e permanente mas algo em constante produção e engendramento; não mais como uma insuficiência teórica ou incompletude pessoal, mas como algo imanente ao fazer psicológico.

Perante esse novo modo de pensamento, que ainda permanece marginal, mas, no Brasil, permeia o campo da Psicologia desde a década de oitenta, as questões

mudam de foco. Uma vez despojadas de verdades universais, não se trata mais de perguntar qual teoria é mais verdadeira, mas qual é o *modelo* de desenvolvimento da Psicologia desde sua instituição até os dias atuais. As raizes históricas que conformam esse modelo devem ser pesquisadas na prática social da Psicologia. Como nos alerta Foucault (1994), o problema não é mais saber se esse modelo foi desenvolvido por uma Psicologia individual ou social, uma vez que toda prática psicológica é social. Toda prática institui subjetividades, institui modos de estar no mundo, institui relações de poder/saber que conformam um determinado modelo hegemônico. En quanto as práticas psicológicas no Brasil se restringiam ao atendimento da classe burguesa (consultórios e instituições particulares), havia um mascaramento da dimensão social das práticas na bipolarização individual versus social. Entretanto, nos deparamos com uma verdadeira psicologização instituída pelas próprias práticas psicológicas. Psicologização esta que traz consigo um modelo de desenvolvimento baseado no nosso modo hegemônico de pensar e produzir conhecimento.

A inserção crescente do psicólogo nas redes e instituições públicas de saúde nos coloca, de maneira punjente, em situação de questionar e avaliar em nosso cotidiano, as práticas exercidas junto à população e o modelo de Psicologia aí instituído. Não se trata de negar a Psicologia, mas de pensá-la enquanto parte de um sistema histórico; parte de um sistema de poder e que é necessário, a todo momento, analisar as práticas psicológicas e suas relações com as forças de poder que instituem determinada sociedade a fim de avaliar em que medida é possível resistir, recriar ou desestabilizar aquele modelo hegemônico.

Pensar teoria/prática como produções contextuais instituintes de subjetividades, de modos de relações e de estar no mundo, implica em avaliar a função do psicólogo e suas práticas em seus aspéctos ético/políticos. Na medida em que os universais não mais se sustentam, já não podemos mais avaliar nossas práticas em termos de eficiência, eficácia, neutralidade, cientificidade, etc, pois tais conceitos são subjacentes a um modelo normatizante de Psicologia que -em sua função política/social- reproduz o sistema excludente e hegemônico.

Ao avaliarmos como estas práticas se dão a partir da universidade, a partir de um espaço acadêmico e a concomitante inserção do profissional, devemos nos perguntar qual tem sido nossa função (professores e alunos), enquanto intelectuais no exercício de práticas sociais. A pergunta que se coloca, na avaliação ético/política destas práticas, é: *para qual direção* apontam seus efeitos? Qual é o seu sentido? Quais são as implicações de tal prática —aqui incluo debates, aulas, atendimentos, pesquisa, entre outros— junto a este grupo social?

Há alguns anos o intelectual se representava e era visto como uma voz universal de verdade e justiça. Este falava em nome de uma certa universalidade (proletariado, por exemplo) de um modo consciente e elaborado. Na atualidade, o intelectual não é mais convocado a este lugar de universalidade, mas aparece como alguem que fala a partir de setores determinados nos quais situam seus trabalhos profissionais. De acordo com Foucault (1994), o "intelectual universal" é substituído pelo "intelectual específico". Este encontra problemas, não mais universais, mas específicos e, ao contextualizar tais problemáticas, o intelectual *"ganha uma consciência mais concreta e imediata das lutas"* (p. 109). Esta nova posição do intelectual traz uma outra significação política, na medida em que este pode estar articulando problemáticas afins, que não apareciam quando da produção de universais. Esse novo papel do intelectual se torna cada dia mais importante uma vez que ele não pode fugir a suas responsabilidades políticas. Ao contrário, ele é obriado a se deparar, a todo momento, com as consequências de seu trabalho (implicações) na instituição de relações de forças políticas poder/saber. Ou, dito de outra forma, ele veicula, a cada momento, um discurso essencialmente político.

"Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral', da verdade: quer dizer os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdade; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os anunciados verdadeiros ou falso, o modo em que se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que ocupam o lugar de dizer o que funciona como verdade" (Foucault, 1994, p. 112).

Esta "economia política" da verdade é produzida e transmitida sob o contrôle —não exclusivo, mas dominante— de algunos grandes aparelhos políticos ou econômicos: universidade, literatura, mídia, exército, entre outros. Assim, quando pesquisamos, intervimos, publicamos ou debatermos, estamos inseridos em uma luta nesta economia da verdade e, neste combate local ou específico, produzindo efeitos e significações que não são simplesmente profissionais ou setoriais. Estamos *funcionando* ou lutando ao nível geral deste regime de verdade tão

essencial às estruturas e funcionamento de nossa sociedade. Dentro desta perspectiva, nossa problemática, enquanto intelectuais, é, antes de tudo, ético/política.

"O problema político essencial para o intelectual, não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência, ou fazer que sua prática específica seja acompanhada de uma ideologia justa. Mas de saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a 'consciência' das pessoas ou o que elas têm na cabeça; mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade" (Foucault, 1994, p. 114).

Não se trata de retirar a verdade de todo sistema de poder —o que seria uma ilusão, pois a verdade é ela mesma poder— mas de desmantelar o poder da verdade presente, a cada momento, nas formas hegemônicas.

Ao tematizar para debate as práticas psicológicas cominitárias não podemos, pois, nos furtar a um permanente confronto entre nossas posturas —o que temos produzido— e o sistema de poder hegemônico no qual estamos inseridos. Trata-se de um sistema normativo e excludente. Nossas práticas têm contribuído para reforçar este sistema ou estamos encontrando espaços/meios para produzir outras relações poder/saber (outro regime de verdade) que afirmem a vida (cultura, sociedade) como um devir, uma produção permanente em que a diferença é acolhida e não negada e/ou excluída.

O Acolhimento à Produção Comunitária

Esta preocupação com a dimensão ética está presente em Paulo Freire quando este desenvolve seus trabalhos em educação popular. Entretanto, observamos, muitas vezes, uma apropriação técnica e modelar dos métodos deste grande educador, sem se levar em conta o fundamento de sua proposta que é, exatamente, o *deslocamento do lugar do saber*. Trata-se, antes de tudo, de uma outra postura ética em que não existe um saber dado à priori, ou uma verdade a ser transmitida, mas uma construção conjunta de sentido. Nas práticas comunitárias faz-se necessário, pois, que o psicólogo se despoje do lugar de especialista portador de um saber a ser transmitido e passe a funcionar como um mediador, um "entre", que acolhe a produção emergente nos diversos encontros.

Observamos, hoje, uma gama enorme de profissionais trabalhando em comunidades. Entretanto, e isto é bastante preocupante, os psicólogos tendem a reproduzir os modelos tradicionais de intervenção travestidos em técnicas ou métodos alternativos. Por exemplo, é comum se falar em trabalhos com grupos ou trabalho coletivo, como se o número de participantes na intervenção garantisse, por si só, um trabalho efetivamente comunitário e transformador. O psicólogo permanece, entretanto, no lugar de quem porta um saber sobre o outro, permanecendo como um especialista centrado nos "problemas psicológicos" daquela população.

"La práctica de este profesional revela la creencia en que los problemas vividos por la población son originados, fundamentalmente, por factores psíquicos. Las condiciones concretas de vida de la población no son consideradas como centrales en el trabajo a ser realizado, una vez que este tipo de actuación focaliza como importante el tratamiento de los problemas de orden psicológico, comprendiéndolos como derivados de la estructura interna o subyacente a la personalidad" (Freitas, 1994, p. 146).

Encontramos também o oposto, ou seja, aqueles profissionais que percebem a comunidade apenas em suas deficiências sócio-econômicas-culturais e desenvolvem um trabalho assistencialista, com o intuito de "conscientizar" e "ajudar" tal população em suas reinvindicações e lutas político-sociais. Este psicólogo também aparece como um estranho àquela comunidade, na medida em que ele desconhece suas potencialidades, suas problemáticas reais e os modos de enfretamento que a população desenvolve. Esta permanece em um lugar passivo enquanto o profissional age em favor dela. Trata-se da posição do *"concientizador de la comunidad, que plantea una intervención comunitaria llevada a cabo por el "concientizador iluminador", que se ve a sí mismo salvador de personas 'apáticas' o 'alienadas' y que busca canalizar la participación a través de instancias controladas por centros de poder"* (Montero, 1994, p. 34).

Em ambos os exemplos acima, os profissionais permanecem na crença e postura de quem sustenta um saber sobre o que é melhor, mais saudável ou mais transformador para aquele grupo. Permanece em uma dimensão valorativa que pressupõe verdades universais sobre os relacionamentos psicosociais. A dimensão ética de acolhimento á produção da diferença, que advém, exatamente da produção de conhecimento emergente no encontro, no grupo, está completamente ausente nesta postura ditadora de aprioris.

Não se trata aqui, de descaracterizar o psicólogo de seu saber de ofício. Pelo contrário, trata-se de um resgate desta dimensão ética que deveria ser imanente ao saber de ofício do psicólogo. Este, em

sua prática cotidiana, exerceria a função de estar promovendo e acolhendo a produção comunitária, em um processo permanente de desmistificação de verdades naturalizantes e universalizantes geradoras de injustiças e exclusão sociais. Um trabalho voltado para "trans-formações" das relações sociais exige um desmonte permanente das cristalizações que impedem a instituição de outro modos de estar no mundo, de outras "formas" de afetamento, em que a diferença não aparece como algo a ser negado ou excluído, mas exatamente como aquilo que possibilitará a criação, as mudanças nos sistemas —pensamento, relações, crenças, entre outros— cristalizados.

Referências

Aquino, J. R. (Novembro, 1990). *Os discursos da formação do psicólogo: Um estudo das representações institucionais.* Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ancona-Lopez, M. (1996). Caminho de acesso à análise crítica das práticas psicológicas alternativas. In *Anais do VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*, Tomo I (pp. 58-69). Teresópolis, Rio de Janeiro: ANPPEP.

Andrade, A. N. (1996). *A angústia frente ao Caos: Um estudo genealógico da formação do psicólogo clínico.*Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Conselho Federal de Psicologia (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro.* São Paulo: Edicom.

Conselho Federal de Psicologia (1994). *Psicólogo Brasileiro. Práticas emergentes e desafios para a formação.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Conselho Regional de Psicologia (1994). *Uma profissão chamada Psicologia* (CRP-06, 20 anos).

Figuereido, L. C. (1995). *Revisitando as Psicologias.* Petrópolis, São Paulo: Vozes, EDUC.

Fuiguereido, L. C. (1994). *A invenção do psicológico.* São Paulo: ESCUTA/EDUC.

Foucault, M. (1994). *Dits et écrits, 1976-1979* (Vol. III). Paris: Gallimard.

Freitas, M. F. Q. (1994). Prácticas en comunidad y Psicología Comunitaria. Em M. Montero (Coord.), *Psicologia Social Comunitaria* (pp. 139-166). México: Universidad de Guadalajara.

Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (Social) Comunitária. Em M. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária* (pp. 54-80). Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis.

George, M.C. (1992). Histoire e éthique des psychologues. Neutralité ou contrepouvoir. Em *Bulletin de psychologie*, tome XLIII, Nº 394 (pp. 425-442). Paris, França.

Lupo, E. M. (Maio, 1995). *Uma instituição, um rio: Histórias de mútuo engendramento.* Dissertação de mestrado, Universidade Paulista, São Paulo.

Montero, M. (1994). Vidas paralelas: Psicologia comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos. Em M. Montero (Coord.). *Psicología Social Comunitaria* (pp. 19-45). México: Universidad de Guadalajara.

Morato, H.T.P. (Maio, 1996). Aprendizagem significativa e supervisão: Um recorte possível. Em *Anais do VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico* (Tomo I). Teresópolis, RJ: ANPPEP.

Polanyi, M. (1960). *Personal knowledge.* Illinois: University of Chicago Press.

Yehia, G.Y. (Maio, 1996). Clínica-escola: Atendimento ao estagiário ou atendimento ao cliente. Em *Anais do VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio científico* (Tomo I). Teresópolis, RJ: ANPPEP.